

Fórum Técnico “Segurança nas Escolas: por uma Cultura de Paz”

Encontro Regional da RMBH – Contagem

Grupo de Trabalho nº 1: Violência no ambiente escolar

Propostas aprovadas e priorizadas:

- 1) Capacitação dos profissionais de educação nos assuntos de violência, inclusive *bullying*, e nas diferenças entre ato infracional e ato de indisciplina.
- 2) Maior divulgação dos trabalhos realizados pelas instituições que formam a rede de apoio, nas escolas, na comunidade e na mídia.
- 3) Instituição de fórum de estudantes para debate e proposições acerca do combate à violência nas escolas e a construção de uma cultura de paz.
- 4) Aprimoramento da presença da PM e da GM nas escolas, inclusive com ampliação do Proerd e do JCC.
- 5) Fortalecimento e visibilidade do Conselho de Segurança Escolar Contagem – Consesc – por meio de parcerias, estendendo os referidos Conselhos a outros Municípios.
- 6) Realização de acompanhamento escolar por profissionais das áreas de Psicologia, Assistência Social, Psicopedagogia etc.
- 7) Implantação de políticas públicas para a efetiva valorização e o incentivo aos profissionais de educação, com garantia de apoio para formação continuada.
- 8) Revisão do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.
- 9) Criação de centros integrados de apoio educacional, compostos por membros de instituições de educação, de segurança e da sociedade, para o atendimento a casos de violência escolar, avaliação do problema e encaminhamento diretamente para o membro responsável pelo órgão, constituindo-se como centros de apoio social e psicológico para os envolvidos em situações de crise escolar.
- 10) Elaboração de projetos de lei que estimulem a mídia a divulgar práticas pedagógicas bem sucedidas no combate à violência escolar.

Propostas aprovadas e não priorizadas:

- 11) Incentivo à formação de lideranças, por meio de grêmios estudantis e de feiras de ciências e tecnologias regionalizadas nas escolas, com temáticas que envolvam conflitos sociais, utilizando-se práticas pedagógicas diferenciadas (atividades esportivas e artísticas), com o objetivo de melhorar a autoestima dos discentes.
- 12) Inclusão, no projeto político pedagógico, do debate sobre os problemas locais, com maior participação dos pais.

- 13) Organização de comissões na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para o acompanhamento da implementação da Lei 10.639/2003 no Estado.
- 14) Organização de concurso de redação para os estudantes e de propostas de trabalho para os professores, com o objetivo de estimular o diálogo sobre o tema diversidade (étnico-racial, sexual, religiosa etc).
- 15) Criação de projetos nas escolas que envolvam a comunidade escolar na mediação dos conflitos específicos de cada escola, com capacitação dos educadores em nível regional.
- 16) Instituição de política de formação de professores que contemplem as temáticas de valorização das diversidades, de combate ao racismo, à homofobia e ao sexismo.
- 17) Ampliação dos acervos das bibliotecas escolares com materiais específicos sobre a temática das diversidades e da democratização do espaço escolar.
- 18) Divulgação e implantação da Lei 16.683/2007, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas.
- 19) Implementação de parceria entre escola e família para conscientização sobre o importante papel dos familiares na formação da educação das crianças e dos adolescentes.
- 20) Realização de revisão do Regimento Escolar.
- 21) Maior envolvimento do Legislativo e do Judiciário para respaldar a autonomia das escolas.
- 22) Revisão dos objetivos e aparelhamento dos Conselhos Tutelares.
- 23) Intensificação da participação dos Conselhos Tutelares nas escolas, buscando alternativas para os problemas e ouvindo todas as partes envolvidas.

Grupo de Trabalho nº 2: Integração de Ações e Programas

Propostas aprovadas e priorizadas:

- 1) Implantação de programa de capacitação continuada dos conselheiros tutelares; fiscalização do processo eleitoral para a escolha de conselheiros; orientação aos Municípios para que sejam ampliadas as exigências desse processo eleitoral, com o objetivo de garantir a eleição de representantes com habilidades adequadas; destinação de recursos orçamentários, pelo Estado e pelos Municípios, para a compra de equipamentos que garantam a infraestrutura e possibilitem o desenvolvimento das ações do Conselho Tutelar.
- 2) Implementação e efetivação da Lei nº 16.683/07, para garantir a existência de equipe multidisciplinar, com profissionais capacitados e regulamentados (assistentes sociais, psicólogos, sociólogos etc), para potencializar as ações em rede, o atendimento sociofamiliar, as atividades comunitárias, a articulação com os conselhos de direito etc.
- 3) Fortalecimento dos Conselhos de Segurança Escolar e Comunitária – Consesc's – existentes e sua

criação em outros Municípios do Estado, envolvendo a rede estadual e as municipais.

4) Realização de curso de formação para os profissionais da educação sobre a mediação de conflitos, envolvendo conhecimentos da área do direito, da assistência social, da saúde, da sociologia, da antropologia, da ciência política e do enfrentamento às drogas.

5) Aplicação de procedimentos de mediação de conflitos, formatados de acordo com a realidade de cada escola, como forma pacífica de solucionar conflitos no ambiente escolar, e discussão sobre os limites para a aplicação dos referidos procedimentos.

6) Viabilização de processo de reflexão e de construção da segurança nas escolas para além de seus muros, por meio da aproximação e do conhecimento efetivo, por parte da comunidade escolar, sobre as áreas e os programas implantados nas imediações das escolas e das residências dos alunos.

7) Implementação de maior abertura das escolas para a realização de projetos sociais que promovam a convivência entre os alunos, o fortalecimento dos laços entre eles e a redução de suas diferenças e que permitam um conhecimento mais aprofundado das entidades públicas ou particulares.

Grupo de Trabalho nº 3: Prevenção e combate à violência escolar

Propostas aprovadas e priorizadas:

1) Implementação imediata da Lei Estadual nº 16.683/2007, que institui o acompanhamento social na educação.

2) Cumprimento imediato, pelo Estado, da Lei Federal nº 11.738, que estabelece o piso salarial dos professores no país.

3) Inserção do debate sobre o tema “Cultura da Paz”, de forma transversal, em todos os conteúdos da grade curricular, por meio de projetos a serem desenvolvidos durante o ano letivo, de modo a aperfeiçoar as relações entre a escola, a polícia e a comunidade, com interação mais positiva entre esses atores para a redução da violência nas escolas.

4) Realização de parcerias entre Estado e Municípios, com vistas a possibilitar a atuação de um agente da guarda municipal dentro de cada escola pública, e incentivo à criação deste órgão nos Municípios que não o possuem.

5) Redução do número de alunos por sala de aula, de modo a garantir a qualidade e o diálogo, nos seguintes parâmetros: 20 alunos nas turmas de 1º e 2º ano, 25 alunos nas turmas de 3º a 6º ano e 30 alunos nas turmas de 7º a 9º ano e nas turmas de ensino médio.

6) Incentivos à implementação e à ampliação do Proerd, a partir das séries iniciais, em todas as escolas públicas do Estado, com apoio financeiro do poder público para transporte, produção de materiais e formação dos agentes que atuam no programa.

- 7) Aumento dos recursos investidos em treinamento e instrução dos agentes de segurança pública que atuam diretamente na prevenção da violência no ambiente escolar.
- 8) Aumento dos investimentos nas escolas localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social e baixo IDH.
- 9) Criação de Lei de Responsabilidade Social que obrigue o Estado a estabelecer diretrizes e compromissos de investimento, visando a qualidade social dos serviços públicos para a cultura da paz.
- 10) Incentivo e fortalecimento do Projeto Jovens Construindo a Cidadania – JCC.

Propostas aprovadas e não priorizadas:

- 11) Inclusão de estudantes em cursos de mediação de conflitos escolares, para que atuem nas escolas como monitores.
- 12) Instalação de equipamentos de vigilância eletrônica nas escolas.
- 13) Realização de eleições diretas para o cargo de Superintendente Estadual de Ensino, como forma de democratizar a gestão da Secretaria de Estado de Educação.
- 14) Integração de todos os serviços sociais que compõem o ambiente escolar (educação, defesa social, psicólogos, assistência social) de uma região.
- 15) Estímulo e valorização dos conselhos de segurança escolar.
- 16) Realização, no primeiro semestre de 2012, da Conferência Estadual de Políticas Públicas para a Diversidade Étnico Racial e de Gênero.
- 17) Implantação de fóruns permanentes de formação continuada e em serviço para todos os profissionais da educação, bem como valorização da carreira.
- 18) Incentivo à criação e à consolidação dos grêmios estudantis, como forma de favorecer o protagonismo juvenil.
- 19) Incentivo à inclusão do tema “prevenção e combate à violência escolar” nos currículos de formação de professores.
- 20) Conscientização da comunidade escolar sobre a importância da participação em projetos estruturadores oferecidos pelo Estado, tais como o Peas, Escola Viva Comunidade Ativa, Jovens do Futuro e Escola de Tempo Integral.
- 21) Recomendação à Prefeitura Municipal de Contagem para que aumente o efetivo da guarda municipal.
- 22) Fortalecimento das redes de proteção local por meio de parcerias com a comunidade e os órgãos de segurança pública.
- 23) Capacitação dos professores e diretores sobre aplicação de leis, direitos e deveres no exercício de suas funções e discernimento entre crime e indisciplina.

- 24) Implantação da Escola de Pais como espaço de debate e formação permanente, com currículo e formato definidos através de comissão paritária (Sind-UTE e ALMG).
- 25) Recomendação ao governo federal para que sejam alterados os critérios de concessão e manutenção do Bolsa Família, vinculando-os à participação dos pais na vida escolar dos filhos.
- 26) Realização de parcerias entre os governos estadual e municipal para promover a revisão do calendário escolar, de modo a permitir a participação dos profissionais da educação em cursos de formação e fóruns de discussão.